

# Virgínia Rau

## Algumas variações sobre um cosmopolitismo

HERMENEGILDO FERNANDES \*

---

**Resumo.** Discutem-se aqui aspectos da biografia intelectual de Virgínia Rau (1907-1973), considerando a relação entre o seu percurso individual, marcado pelo cosmopolitismo, e os motivos condutores da sua obra tais como a emergência das elites mercantis, o estabelecimento do comércio a longa distância e as instituições económicas. Interroga-se ainda o seu papel na formação de um campo historiográfico em Portugal.

**Palavras-chave:** Historiografia, cosmopolitismo, elites.

**Virgínia Rau, variations on a cosmopolitanism.** *Aspects of the intellectual biography of Virgínia Rau (1907-1973) are discussed here considering the relation between her life, marked by cosmopolitanism, and the main topics in her works: birth of merchant elites, long distance trade and economic institutions. Her role in the formation of a historiographic field in Portugal is also questioned.*

**Keywords:** *Historiography, cosmopolitanism, elites.*

Ao invés de outras personalidades que desafiaram a tendência portuguesa para o isolamento político e intelectual reafirmada pelas condições de sobrevivência do Estado Novo no segundo pós-guerra, Virgínia Rau (VR) (1907-1973), catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, directora de uma unidade de investigação, o então Centro de Estudos Históricos e, sobretudo, historiadora hoje inclassificável, porque pisando com segurança cronologias que se estendem do século XIII ao XVII, foi mais cosmopolita que estrangeirada. Tal advém de uma autoconfiança que não pode ser separada das suas origens sociais burguesas nem de um percurso singular entre os intelectuais portugueses do seu tempo que a coloca fora do país no começo da formação, aos vinte anos, para a ter de volta apenas com o começo da II Guerra, conforme sublinha a sua biografia oficial e provavelmente da sua autoria, publicada precocemente na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Tal percurso separa-a daqueles de entre os seus contemporâneos que aliam a atracção pelo ambiente intelectual de Paris ou Londres à oposição ao Estado Novo e que acabarão por regressar apenas após 1974. Entre os historiadores avulta Vitorino Magalhães Godinho. Foi essa singularidade que lhe permitiu trabalhar a partir do interior, a oposição entre o dentro e o fora sendo uma categoria de percepção dominante na cultura portuguesa da época, e criar uma infra-estrutura de investigação moderna no interior de um sistema político que era arcaizante no quadro europeu pós-1945. A condição dessa permanência foi a viagem, científica e outra, que VR nunca deixou de cultivar e que é o alimento necessário do seu cosmopolitismo. Dela temos exaustivos registos no seu processo académico.

A outra singularidade maior em Virgínia Rau é demasiado evidente: numa universidade quase completamente masculina, ela não só atingiu o topo da carreira como exerceu a liderança incontestada sobre o grupo de História durante vinte anos. Qual seja o papel dessa singularidade na construção da sua carreira extravasa largamente o propósito destas linhas (Homem, 1997), também porque a própria deixa muito poucas pistas a seguir nesse domínio: nada no seu programa de investigação deixa entrever, do ponto de vista dos tópicos ou da perspectiva, uma eventual historiografia no feminino. Apenas a irregularidade do percurso escolar inicial poderá remeter para as circunstâncias que rodeiam uma jovem mulher da alta burguesia nos anos 20: VR não frequentou o liceu e terminou o curso geral apresentando-se a exames entre 1925 e 1927, em menos de três anos, facto

que constitui motivo de bravata num CV compilado depois de 1965, já na última fase da vida. Logo em 27 matriculou-se na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), mas ausenta-se do país na Primavera de 28, para regressar apenas após a declaração da guerra em 39.

A quase total ausência de informações sobre esse período contrasta com a minúcia com que a podemos seguir depois do retorno e, em especial, a partir do momento em que a sua vida se confunde com a actividade como historiadora profissional. Dele escolheu dizer-nos que “aproveitou as estadias fora do País, nomeadamente em França e na Alemanha, para frequentar diversos cursos de férias ou para estrangeiros e iniciar investigações históricas em bibliotecas e arquivos” (CV dactilografado no processo de VR na FLUL, cx. 223). As escassas referências geográficas colocam-nos, no entanto, num contexto, o da França e da Alemanha do entre guerras, e contribuem para explicar aquele que me parece ser o *leitmotiv* da sua obra, capaz de dar um sentido a todas as outras dimensões: o cosmopolitismo.

|

Pensar numa matriz cosmopolita em VR implica dar um sentido a essa década franco-alemã de que nada sabemos, mas que podemos adivinhar ter representado um papel nuclear na sua educação informal. Em 1928 vive-se o último momento antes da grande crise global do ano seguinte e Paris ainda é a cidade da recepção europeia do jazz, das vanguardas de Cocteau, Tzara, Le Corbusier, de Ray ou de um recém-chegado Buñuel; dos americanos de Hemingway a Fitzgerald, passando por Porter e Stein. O lugar e o momento da história para interiorizar uma visão do mundo cosmopolita a contrastar com a falta de escala de Lisboa. Também a Alemanha de Weimar do final dos anos 20 assiste a um dos momentos mais criativos e livres da sua história: a Bauhaus, o teatro de Brecht, o dodecafonismo, uma literatura moderna exuberante com os Mann ou Doebelin. Por entre este dinamismo incontido espregitam já soluções autoritárias. Da actividade intelectual de VR neste período sabemos apenas que, no seu termo, no último Verão de paz, o de 39, realizava pesquisas na Biblioteca Nacional de Paris para preparar a biografia de D. Catarina de Bragança, que publicará dois anos depois, já em Lisboa (Rau, 1941). A cronologia desta primeira obra, o século XVII,

manter-se-á como um dos seus tempos de eleição. O tópic, a vida de uma infanta casada com Carlos II de Inglaterra, deixa entrever uma afinidade com personagens femininas, que depois não será retomada, e com os circuitos internacionais, que serão um fio condutor da sua historiografia. Nada, no entanto, permite concretizar uma exclusiva proximidade com o pensamento historiográfico francês e com a transformação em curso à sombra da revista *Annales*. A mitologia em torno de um afrancesamento historiográfico deverá ser assim considerada com alguma reserva: não creio que VR seja especialmente francesa enquanto historiadora, o seu percurso de professora visitante e congressista mostrando o universo muito alargado e plural das suas referências.

É ainda plausível que o interesse manifesto pela arqueologia, a que dedicará alguns dos trabalhos da década de 40 (Melo & Cardoso, 2014), venha desse período ou, pelo menos, se tenha fortalecido durante o expatriamento da década silenciosa: os anos 20 e 30 foram os anos do *boom* arqueológico, algum dele relacionado com a busca das origens da “raça”, facto que explica a importância da disciplina e das expedições arqueológicas em todos os regimes autoritários (Fabião, 1996; Diniz, 2007). Já a vocação geográfica, que não podia deixar de encontrar ecos seguros em França, pode ser claramente antedatada, tendo em vista a inscrição de 1927 na Faculdade de Letras ter sido feita na secção de Ciências Históricas e Geográficas. Apesar de no reingresso de 39 ter transitado para a secção de Ciências Históricas e Filosóficas, o interesse pela Geografia nunca a abandonou, como se pode perceber pelo convite para integrar a *Society of Women Geographers*, em 1950, pela relação duradoura que manteve com Orlando Ribeiro, assim como pelo papel que a observação dos fenómenos no espaço, usualmente expressa por uma cartografia exemplar, havia de ter em toda a sua obra.

A percepção que VR tem do fim abrupto da fase europeia (“sendo o seu labor cortado pela declaração de guerra”) faz pensar que o retorno à origem foi visto como um corte, inteiramente não planeado, fruto de circunstâncias incontroláveis. Provavelmente indesejável, mesmo, como no fundo todos os regressos de Ulisses à Pátria.

O Portugal de 1939 era já o “paraíso triste” que preparava as comemorações de 40, um mundo sem dúvida mudado face ao que VR havia deixado em 28. As condições da FLUL, onde ela imediatamente reingressa, não parecem no entanto ter mudado, apesar das sucessivas reformas e, em particular, da

de 30 (Marques, 1970; Couvaneiro, 2012; Matos, 2013): um mundo estreito quase sem secção de História, e em que as cadeiras são asseguradas por um número muito limitado de docentes, não necessariamente especialistas nos tópicos leccionados. O problema está na falta de massa crítica (um quinquénio mais tarde, quando segunda assistente, é uma de três docentes do 4.º grupo, o de História) que constitui uma fragilidade que o protagonismo intelectual de vários docentes da FLUL cuja chegada é anterior à de VR (entre eles Orlando Ribeiro e Vitorino Nemésio) não chega para compensar. Não pode surpreender, assim, a muito rápida ascensão que marca o *cursus honorum*: licenciada em 43, segunda assistente de 43 a 47, doutoramento em 47 e, depois de cinco anos de intervalo dedicados inteiramente à investigação, quinquénio aliás decisivo, o concurso para professora extraordinária em 52 e, no fim do mesmo ano, o convite para catedrática. Por esta altura deveria estar completamente maduro o plano que a havia de ocupar durante as duas décadas seguintes, as últimas da sua vida.

||

O trabalho será antes de mais o da construção do grupo, tarefa a que se irá dedicar depois de 52 e que levará duas décadas (52-73). O mero elenco das contratações dos anos seguintes deixa claro o impacto futuro da tarefa: A. H. de Oliveira Marques, Jorge Borges de Macedo, Joaquim Veríssimo Serrão, Eduardo Borges Nunes, para nos centrarmos naqueles que primeiro defenderam doutoramento (mais tarde um jovem José Mattoso doutorado em Lovaina). Creio que essa fase é decisiva para a formação de uma historiografia portuguesa em Lisboa, primeiro na FLUL e, através de migrações e de divisão celular, na Universidade do Porto (através de H. Baquero Moreno e Oliveira Ramos e depois de Armando Luís Carvalho Homem), na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH) (cujo departamento de História resulta inicialmente de uma migração), e mesmo na Universidade de Coimbra (através de Maria Helena da Cruz Coelho que, por via de A. H. de Oliveira Marques, recebe essa tradição e a difundirá em Coimbra). Se, como pensavam os intelectuais árabes, o pensamento corre através de uma cadeia de transmissão (*isnad*) em que o elo é a relação entre mestre e discípulo e o veículo o ensino, a acção de VR está num dos centros

originários de uma vasta rede a que não fica imune a maior parte da produção historiográfica contemporânea. Qual seja o grau de consciência da sua posição na rede que têm esses historiadores é irrelevante para o argumento.

Nesse sentido a criação de massa crítica é o facto central que não pode ser obscurecido pela conflitualidade interpessoal e interinstitucional superveniente. Ao invés devemos entender essa conflitualidade como parte inerente do processo de criação e diversificação da massa crítica. É nesse contexto que deverá ser lido o texto de Godinho, A. H. de Oliveira Marques e A. J. Saraiva, onde se faz a crítica da FLUL durante aquele a que se chamaria o período Rau (Marques, Saraiva & Godinho, 1970). Os três, partindo de posições diversas, convergem enquanto *outsiders*, entendendo-se a partir daí, e durante um breve período, os dois primeiros quanto à criação de um modelo diferente de ensino que haveria de dar lugar à FCSH (e que afinal era o mesmo, como se prova pela migração massiva de quadros do grupo de História da FLUL assim como de alunos aí formados). Há, nessa conflitualidade, também muito do processo de substituição de gerações que é inerente ao funcionamento das instituições. E é nesse sentido que, como as histórias de família, a dos historiadores pode ser narrada do ponto de vista do conflito. Aqui interessa-nos menos isso do que a constituição do campo historiográfico, ou, mais precisamente e na tradição de Bourdieu (Bourdieu, 1984), vemos o conflito como parte integrante da formação do campo. E o papel que VR tem nele do ponto de vista da produção historiográfica *stricto sensu*, da disseminação através do ensino e das conferências, das orientações (dado essencial para o estabelecimento da cadeia de transmissão e para o qual a divergência historiográfica ou pessoal é irrelevante), ao que haverá que somar a articulação com uma comunidade internacional, deve ser considerado factualmente nuclear. Poderá, aliás, questionar-se se existe em Portugal um campo historiográfico anterior aos anos 50. O carácter extraordinário de vultos isolados e muito dissemelhantes, Herculano, Oliveira Martins, Braamcamp, Sampaio, Costa Lobo, Joaquim Bensaúde, Veiga Simões, Cortesão, não deve escamotear a inexistência de uma comunidade organizada e profissional de historiadores, internamente regulada e hierarquizada. O problema era de massa crítica, mas também de organização interna.

Por isso à criação do grupo deve ser contraposta a criação de uma infra-estrutura de investigação moderna, capaz de organizar o grupo em torno de um trabalho colectivo. Em Lisboa essa estrutura foi o Centro de Estudos

Históricos, instituição do Instituto de Alta Cultura anexo à Faculdade de Letras, criado por VR em 1958 por desmembramento do Centro de Estudos Históricos e Arqueológicos até aí dividido entre o Museu Nacional de Arqueologia e a Faculdade de Letras (Pinto, 2012). Essa separação permite antes de mais uma separação de competências entre Manuel Heleno e VR, deixando-a com margem de manobra para montar um ambicioso programa de investigação cujos resultados se farão sentir sobretudo a partir dos anos 60. As premissas organizativas desse centro constituem a matriz do que é uma unidade de investigação moderna na área das ciências humanas: centralidade dos projectos de investigação, isto é, primazia da investigação colectiva face ao esforço individual (nos anos seguintes relevem-se, a título de exemplo, aqueles que incidiram sobre a demografia portuguesa e sobre o comércio de longo curso com Itália); integração do ensino na investigação através da mobilização das teses de licenciatura para o programa de investigação do centro (que se prolonga até à extinção das teses de licenciatura depois de 74, mas que, de facto, irá ser prolongado na década seguinte pelo aparecimento das teses de mestrado); construção de uma biblioteca histórica importante (do centro, desde 2017 incorporada na Biblioteca da FLUL, e privada, dispersa pelo leilão de 75); participação de VR (e de alguns investigadores) e depois organização de congressos internacionais, facto que do seu ponto de vista antecede a criação do centro e funcionará como um acelerador da investigação realizada, já porque lhe fornece modelos que a enquadram, já porque permite a sua difusão; lançamento da revista programática *Do Tempo e da História* em 1965, realização que beneficia da colaboração entre VR e J. Borges de Macedo (JBM) mas que se mostraria incapaz de resistir ao grande colapso dos anos 70 (Leal, 1995; Homem, 1996); organização de um plano de edições em que avulta a publicação das melhores de entre as dissertações de licenciatura assim como de obras de carácter monográfico; por último, mas não menos importante, a participação como vogal no programa de bolsas do Instituto de Alta Cultura, que precede nalgumas décadas uma política nacional de atribuição de bolsas gerida pela FCT.

O salto qualitativo dado nesse período face às condições de trabalho da década de 40 é impressionante. E ainda que a maior parte desses projectos e práticas tenha sido interrompida na convulsão política da década de 70, é significativo que as refundações tenham vindo a estabelecer-se sobre as mesmas bases.

|||

O cosmopolitismo não é uma consequência necessária do meio da alta burguesia em que nasce VR, mas é facilitado por esse nascimento. Esse mesmo nascimento só é aqui relevante por várias razões: dá o necessário pano de fundo para a autonomia financeira que sustenta a reconhecida independência e com que se movimentou antes e durante a carreira académica, permitindo-lhe agir como bolseira quando não o era (tempos de Paris, entre o doutoramento e a contratação como professora extraordinária, explicando o quinquénio dourado da sua produção historiográfica, frequentes deslocações ao estrangeiro sobretudo à Biblioteca de Madrid) e manter sempre uma posição muito dominante na academia, porque realmente independente dela; explica algumas das escolhas de tópico aparentemente improváveis como a do sal de Setúbal (Rau, 1951a), a sua família estando ligada a esse comércio, da mesma forma que a condição de proprietário no Minho suscitara, duas gerações antes, o interesse de Alberto Sampaio sobre as “Vilas do Norte de Portugal” (Sampaio, 1923); de forma mais lata enquadra a resoluta opção de VR pela História Económica e em particular por tópicos como o comércio, largamente dominante ao longo da sua obra, assim como pelas instituições económicas e pelas famílias de comerciantes; finalmente, argumentaria, reflecte-se numa concepção da história portuguesa e do Ocidente entre a Idade Média e o período moderno, sob o signo do crescimento e da progressiva afirmação de uma hegemonia global, assente no papel condutor de elites mercantis.

Uma passagem do grande livro que resulta da pausa de cinco anos entre a cessação do contrato como segunda assistente e o reingresso na FLUL como professora extraordinária, no Outono de 1952, a monografia sobre a Casa dos Contos (Rau, 1951b), em que desenha a formação da matriz das finanças públicas portuguesas, torna clara a posição de VR sobre o protagonismo dessa “burguesia”: “(...) o acréscimo do urbanismo caminha lado a lado com o aumento das operações comerciais à distância. A preponderância económica da burguesia vai fazer dobrar e nivelar as diferenças e os privilégios que entremeavam os diferentes níveis sociais do país, arrastando na sua ascensão os homens dos mesteres, seus satélites e colaboradores” (Rau, 1951b, pp. 452-453). Variáveis como o crescimento urbano e o estabelecimento do comércio de longa distância, combinam-se pela construção de mercados



consumidores para produzir uma elite que retira daí o seu poder e que, na concepção de VR, funciona como motor dinâmico da sociedade, organizando em torno de si os sectores produtivos proto-industriais e constituindo a base de uma burocracia estatal. Nesta ligação entre a constituição de um capitalismo comercial, as conexões internacionais e a formação de um reino está talvez a hipótese estruturante que articula a obra de VR, assim como o programa de investigação que ela soube fazer triunfar na FLUL durante o período em que liderou o grupo de História. É difícil dizer se tal hipótese está já em gestação na monografia sobre as feiras medievais (Rau, 1943). Mas poucos anos depois, como vimos, irá vertebrar *A Casa dos Contos* e permitirá explicar tanto o livro sobre o sal de Setúbal, como o estudo sobre o açúcar da Madeira em colaboração com Jorge Borges de Macedo (Rau & Macedo, 1962), como os pioneiros estudos sobre as famílias de comerciantes italianos em Portugal ou ainda a monografia sobre os Brandões (Rau, 1949). A esta luz o comentário feito por Vitorino Magalhães Godinho em 1955 sobre a produção de uma VR acabada de chegar à cátedra não deixa de parecer redutor: “(...) tem-nos dado catálogos de feiras, inventários de arquivos, notícias e publicações de documentos bem como estudos eruditos, espécie de ficheiros sobre problemas importantes (...)” (Godinho, 1971, p. 241). De facto, embora menos inclinada a desenhar movimentos estruturais que o seu contemporâneo V. M. Godinho, creio ser possível perceber claramente na obra de VR um eixo vertebral que a leva muito além do catálogo. Refiro-me à visão das elites enquanto motor do processo histórico, que, aliás, o sociólogo Pareto acabara de formular (ocorre aqui assinalar que existia uma cópia da sua *Sociologia* de 1917 na biblioteca da FLUL) e que tanto irá influenciar o seu orientando JBM, que havia de desenhar um percurso paralelo ao seu e que, embora subsidiário do ponto de vista académico, é completamente autónomo do ponto de vista científico – a sua decisiva tese de licenciatura sobre *A situação económica no tempo de Pombal* saiu dos prelos em 1951, momento em que VR tinha ela própria uma posição de investigadora independente (Macedo, 1951).

Essa visão transparece particularmente em toda a sua obra consagrada à história comercial concebida enquanto história dos mercadores e das elites mercantis: um exemplo nacional está no estudo sobre os Brandões do Porto (que se baseia, como por vezes acontece em VR, numa circunstância que permitiu à autora a compra da documentação da família). Mas neste

campo avultam sobretudo os trabalhos sobre as casas mercantis italianas, genovesas e outras (Rau, 1956, 1965, 1967), em torno do qual se desenvolverá a colaboração com Federico Mellis, da Universidade de Florença, e com o Arquivo Datini de Prato, que deu origem a uma importante recolha documental hoje perdida. Daqui vem de igual modo a investigação que serviu a A. H. de Oliveira Marques de tese de doutoramento, *Hansa e Portugal na Idade Média* (Marques, 1959), onde se procura aplicar à ligação báltica as mesmas metodologias e questionário que já se vinham empregando para a ligação mediterrânica.

Neste quadro a história agrária sobre a qual, tomada num sentido lato, se centrara o seu doutoramento acaba por deter um lugar secundário, provavelmente porque se encontrava num pano de fundo diferente daquele que lhe parece o sector mais dinâmico da sociedade, o comercial. Os seus discípulos, no entanto, não deixarão de fazer dela um tópico: de Oliveira Marques, com a questão cerealífera (Marques, 1962) – e dele a Maria Helena da Cruz Coelho com o estudo sobre o Baixo Mondego (Coelho, 1983) –, a Maria José Lagos Trindade, com o pastoreio (Trindade, 1981), e, sobretudo, a Iria Gonçalves, a mais assumida seguidora de VR (cf. entrevista em Barata, Krus, Andrade, Fernandes, Fontes, 2009), com o estudo sobre o domínio do mosteiro de Alcobaça (Gonçalves, 1984) e tudo o que se havia de seguir.

A convivência com as bibliografias destes estudos, ou a composição da biblioteca do centro, tornam evidente a presença da influência francesa. Porém, a opção de VR pela história económica parece-me entroncar em perspectivas que não estão necessariamente vinculadas à História Nova: em particular do ponto de vista do medievalismo, dotado em Portugal de uma larga anterioridade, não será necessário recorrer à ligação com os *Annales* nos seus primórdios, a obra de VR articulando-se remotamente com a de Rebello da Silva (1868), caso do livro sobre as *Sesmarias Medievais Portuguesas* (1946), e a de Alberto Sampaio (1923), com a de Costa Lobo (1903), bem assim com a perspectiva institucionalista de Gama Barros (1885) ou o programa de história da população de Ezequiel de Campos (1943). É também, nos seus começos, contemporânea da de Vitorino Magalhães Godinho, nascido 11 anos depois. Creio ser de rejeitar, por isso, uma relação mecanicista entre as opções historiográficas de VR e a hegemonia da escola francesa. As suas inegáveis relações com esta deverão ser calibradas por um horizonte muito mais alargado que inclui ainda as universidades americanas

(Lopez) e inglesas (Postan). Delas a própria VR dará conta nos detalhados relatórios de missão que faz após cada congresso ou ciclo de conferências em que participa, que evidenciam a paridade internacional de que goza (Processo, cx. 223). A. H. de Oliveira Marques, com Kellenbenz, seguirá o mesmo modelo e é um seu continuador próximo (ou talvez antes um jovem actor no mesmo teatro de internacionalização limitada mas muito certa da academia portuguesa dos anos 50).

#### IV

A ligação a uma anterioridade historiográfica não exclui a extrema modernidade da proposta. Modernidade que se expressa no programa que VR (ou talvez Jorge Borges de Macedo que serve de Secretário à revista, por ela e com o seu aval, como pensam dois discípulos deste último, Maria do Rosário Themudo Barata e José Brissos) sintetizará em 1965 na “Apresentação” da nova revista *Do Tempo e da História*, concebida como um lugar de intersecção entre a investigação realizada no Centro de Estudos Históricos e a produção “nacional” e “estrangeira” capaz de revestir “interesse para a cultura histórica portuguesa”:

“Em três pontos fundamentais se tem articulado o plano de investigação deste Centro: a história das estruturas da sociedade portuguesa (desde as culturais às administrativas, oficiais ou particulares), a demografia histórica e a história das relações internacionais de Portugal.”

Uma análise sumária das teses de licenciatura produzidas, bem como das teses de doutoramento defendidas ainda em tempo de VR – Jorge Borges de Macedo, Eduardo Borges Nunes – ou posteriormente, já nos anos 80 – Maria do Rosário Themudo Barata (1983), Pedro Gomes Barbosa (1988), Margarida Garcês Ventura (1997), Ana Leal de Faria (2003), para citar apenas aqueles que ainda foram alunos de VR –, várias delas, ainda na FCSH da UNL, depois da migração massiva de efectivos do grupo de VR ocorrida como resultado da situação da FLUL na segunda metade dos anos 70 – Iria Gonçalves (1984), Maria José Ferro (1982), Ana Maria Ferreira (1995) –, ou ainda daquelas que nunca chegaram a ver a luz do dia por morte precoce dos

autores (Maria José Lagos Trindade, João Cordeiro Pereira), permite perceber a coerência do programa enquanto oficina colectiva. Mais ainda, permite avaliar do seu impacto e resiliência, capaz que foi de sobreviver à morte da sua autora, à desarticulação institucional do grupo que a saída prematura e conflituosa de um dos seus elementos centrais, A. H. de Oliveira Marques, não fora capaz de provocar, mas que será precipitada pelas repercussões da revolução de Abril na FLUL: saneamento dos três catedráticos do 4.º grupo (História) – Jorge Borges de Macedo, Joaquim Veríssimo Serrão, Eduardo Borges Nunes – e migração para a FCSH-UNL de José Mattoso, Iria Gonçalves, Maria José Ferro e alguns jovens investigadores muito promissores (Luís Krus, João Cordeiro Pereira, Ana Maria Ferreira, Bernardo Vasconcelos e Sousa, este último discípulo de uma discípula, Maria José Trindade, e, já nos anos 80, de Luís Filipe Reis Thomaz, o qual, desde 1965, havia, com intermitências, assegurado a regência de História da Expansão Portuguesa). De facto, do grupo, apenas Maria José Trindade e Maria do Rosário Themudo Barata permaneceram na instituição, enquanto se assistia ao ingresso nos quadros de um antigo aluno com um percurso à data já importante, António Borges Coelho, e, anos mais tarde, de outro, António Dias Farinha, ambos com responsabilidades decisivas numa área que VR não tinha pisado, os estudos árabes. Com a excepção de José Mattoso e Luís Krus, que haviam de trilhar percursos historiográficos autónomos e excepcionais, refundando uma história da nobreza como base para a compreensão de um modelo identitário português, e que, nesse sentido, se afastam claramente dos tópicos de investigação que constituíam a base do programa científico de VR, todos os outros são directamente devedores desse programa, pelo que, creio, o devemos considerar ainda em curso, em diferentes horizontes institucionais, pelos anos 80 e 90 do século passado e, provavelmente, através de discípulos de discípulos, até hoje.

Análogo percurso de verificação da aplicabilidade do programa se poderá fazer percorrendo os índices dos cinco números saídos de *Do Tempo e da História* que permitem testar os percursos de investigação individuais assim como a sua integração no plano colectivo. O primeiro e exemplar número pode aqui servir-nos de teste: sete artigos, todos de membros do Centro, encabeçados pela própria VR (e Eduardo Borges Nunes, Iria Gonçalves, Maria José Lagos Trindade, Manuel Corte Real, Maria Olímpia da Rocha Gil, Maria Adelaide Salvador Marques), subordinados a tópicos

saídos do plano do Centro, com a população à cabeça, a enquadrar artigos sobre temas sociais (o abade D. Gomes, físicos e cirurgiões, músicos da câmara régia) e económicos (o pastoreio, a feitoria da Andaluzia, engenhos de moagem), quase tudo centrado numa cronologia quatrocentista e quinhentista, tudo dominado por uma atenção aos documentos (com publicação nos artigos) que não deixa de consentir paralelo com o velho *Archivo Historico Portuguez* de Anselmo Braamcamp Freire, ainda quando o conhecimento da bibliografia internacional não permite ter dúvidas quanto à actualização do questionário.

As três vertentes enunciadas no programa correspondem assim a linhas práticas de acção. “Concretas”, diria VR: “Os dois primeiros visam a articulação em termos realmente *concretos* (e não *doutrinário-concretos*, como é frequente fazer-se) de uma história da sociedade portuguesa, assentando sobre o prévio estudo das *reais* condições da sua evolução” [sublinhado nosso]. Uma declaração de intenções que é um programa metodológico: questionário coerente, metodológica e conceptualmente informado, apoiado por trabalho sistemático sobre bases documentais e domínio das técnicas das ciências auxiliares da História. Em pano de fundo fica a crítica oblíqua a uma historiografia que se deixa contaminar pelos aspectos doutrinários e, subentende-se, pelo ensaísmo sem base documental. Quase se podem ouvir os ecos de Herculano na célebre interpelação a Oliveira Martins (“generalizações de factos, e de factos que se conhecem imperfeitamente...”). O tempo outro, a linha divisória a mesma.

O terceiro ponto do programa remete para aquela que é porventura a parte mais contemporânea do legado de VR: “procura dar às relações internacionais o papel que tiveram na história nacional, quebrando assim o isolamento em que tão frequentemente se realiza a investigação histórica portuguesa [...]”. A proposta é a de uma mudança de escala, partindo ainda assim do reino português mas para o restituir à rede conectiva em que ele se encontra integrado. O isolamento é deste modo incompreensão e incapacidade de reconstruir o real passado antes de ser bloqueamento de prática historiográfica. Enquanto contrário do cosmopolitismo que caracterizara a primeira VR adulta e continuava a caracterizá-la enquanto historiadora profissional, constituía um véu que promovia a “insuficiência de perspectiva que caracterizava a investigação histórica portuguesa”. Nenhuma sombra aqui de provincianismo estrangeirado. Do ponto de vista historiográfico, o

isolamento é mau porque não deixa ver o passado português na sua realidade relacional. É ainda catastrófico para a capacidade de afirmação portuguesa no exterior, como VR já deixara claro uma década antes, no relatório sobre a sua participação no Congresso de Ciências Históricas em Roma (Processo no Arquivo da FLUL, Secção de Pessoal, cx. 223). Essa consciência não a individualiza e, de uma forma ou de outra, os mais esclarecidos de entre os seus colegas tê-la-ão sentido durante o grande ensimesmamento nacional que marca o Estado Novo, sobretudo a partir do pós-guerra. Alguns deles, o mais relevante dos quais Vitorino Magalhães Godinho, responderam com uma carreira no estrangeiro que pode também ser lida como exílio. Ao invés, VR escolheu ficar (ela própria nos diz que renunciou a um lugar na Cátedra Camões do King's College de Londres que lhe havia sido oferecido, para tomar posse como professora extraordinária na FLUL; *idem*, cx. 223), substituindo o exílio pelas missões plurianuais no exterior, de que o seu processo na FLUL regista minuciosamente o itinerário e a cronologia. Ficar era, afinal, a forma superior do cosmopolitismo.



Casa de Virgínia Rau  
Av. da República, 75  
(em 2017)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barata, M. R. T. (1983). *As regências na menoridade de D. Sebastião: Elementos para uma história estrutural* (Dissertação de doutoramento). Faculdade de Letras de Universidade de Lisboa.
- Barata, M. R. T.; Krus, L.; Andrade, A. A.; Fernandes, H. & Fontes, J. L. (Eds.). (2009). *Olhares sobre a História: Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Barbosa, P. G. (1988). *Povoamento e estrutura agrícola na Estremadura Central: Séc. XII a 1325* (Tese de doutoramento). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Barros, H. (1885-1934). *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV* (Vols. 1-5). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Bourdieu, P. (1984). *Homo academicus*. Paris: Éd. de Minuit.
- Campos, E. (1943). *O enquadramento geo-económico da população portuguesa através dos séculos* (2.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Revista Ocidente.
- Coelho, M. H. C. (1983). *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média: Estudo de história rural*. Coimbra: Faculdade de Letras.
- Couvaneiro, J. L. S. F. (2012). *O Curso Superior de Letras (1861-1911): Nos primórdios das ciências humanas em Portugal* (Tese de doutoramento). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Diniz, M. (2007). Nas margens do Mediterrâneo: Estratégias de poder e mecanismos de exclusão no discurso arqueológico ibérico (segunda metade do século XX). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 15, 19-36.
- Dores, H. G. (2008). *A história na Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1930)* (Tese de mestrado). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Fabião, C. (1996). *Archaeology and nationalism: The portuguese case*. London: UCL Press.
- Faria, A. L. (2003). *Duarte Ribeiro de Macedo: Um diplomata moderno (1618-1680)* (Tese de doutoramento). Universidade de Lisboa através da Faculdade de Letras, Lisboa.
- Ferreira, A. M. P. (1995). *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*. Cascais: Patrimonia.
- Ferro, M. J. (1982). *Os judeus em Portugal no século XV*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Freire, A. B. (Dir.). (1903-1916). *Archivo historicoportuguez*. Lisboa: Typographia Calçada do Cabra.
- Garcia, J. M. (1983) Introdução. In V. Rau, *Feiras medievais portuguesas* (2.<sup>a</sup> ed. pp. 7-29). Lisboa: Editorial Presença.
- Godinho, V. M. (1971). *Ensaios* (Vol. 3). Lisboa: Sá da Costa.

- Gonçalves, Iria (1984). *O Temporal do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV* (Vols. 1-2). (Dissertação de doutoramento) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Homem, A. L. C (1996). Revistas universitárias de História no Portugal do século XX. *Revista de História das Ideias*, 18, 339-372.
- Homem, A. L. C (1997). Mulheres historiadoras no Portugal das últimas décadas (anos 50/anos 90). In Câmara Municipal de Cascais (Org.), *Actas do 3.º Curso Internacional de Verão de Cascais* (Vol. 1, pp. 83-98). Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Leal, E. C. (1995). Memória e historiografia: Notas sobre a revista “Do Tempo e da História”: 1965-1972. *Clio, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, 1, (nova série), 163-173.
- Lobo, A. C. (1903). *História da sociedade em Portugal no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Macedo, J. B. (1951). *A situação económica no tempo de Pombal: Alguns aspectos*. Porto: Portugália.
- Marques, A. H. O. (1959). *Hansa e Portugal na Idade Média* (Tese de doutoramento). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Marques, A. H. O. (1962). *Introdução à história da agricultura em Portugal: A questão cerealífera durante a Idade Média* (Tese de concurso para Professor Extraordinário de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Marques, A. H. O. (1970). Notícia histórica da Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1961). *Revista ‘Ocidente’*, 79, 1-74.
- Marques, A. H. O.; Saraiva, A. J. & Godinho, V. M. (1970). A situação da Faculdade de Letras de Lisboa: Alguns aspectos. *Revista ‘Ocidente’*, 78, 209-219.
- Matos, S. C. & do Ó, J. R. (Eds.) (2013). *A Universidade de Lisboa nos séculos XIX-XX* (Vol. 2). Lisboa: Tinta da China.
- Matos, S. C. (Coord.) (2011-). *Dicionário de historiadores portugueses: Da fundação da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo (1779-1974)*. Lisboa: BNP-Centro de História da Universidade de Lisboa, em linha. Disponível em <http://dichp.bnportugal.pt/index.htm>
- Melo, A. A. & Cardoso, J. L. (2014). Virgínia Rau: Uma medievalista na Pré-história. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 21, 511-546.
- Pareto, V. (1917-1919). *Traité de sociologie générale* (Vols. 1-2). Paris: Payot.
- Pereira, I. R. (1979). *Elogio da Prof.ª Doutora Virgínia Rau*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- Pinto, T. A. P. B. (2012). *O arquivo do Centro de História da F.L.U.L.: Memória institucional e catálogo (1954-1995)*. (Tese de mestrado). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.



- Processo da Professora Doutora Virgínia Robertes Rau. (Cx. 223, duas pastas de documentos não numerados). Arquivo da Secção de Pessoal da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Rau, Virgínia. (1945). *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira* (Vol. 24, pp. 451-452). Lisboa: Editorial Enciclopédia.
- Rau, V. (1941). D. Catarina de Bragança, rainha de Inglaterra. *O Instituto*, 98, 5-371.
- Rau, V. (1943) *Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas* (Tese de licenciatura). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Rau, V. (1946). *Sesmarias medievais portuguesas* (Dissertação de doutoramento). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Rau, V. (1949). *Os Brandões do Porto: Uma fortuna do século XV*. Porto: Empresa Industrial Gráfica.
- Rau, V. (1951a). *A exploração e o comércio do sal de Setúbal: Estudo de história económica*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- Rau, V. (1951b). *A Casa dos Contos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Rau, V. (1956). *Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: Os Lomezzini*. Lisboa: Imprensa de Coimbra.
- Rau, V. (1965). Um grande mercador-banqueiro italiano em Portugal: Lucas Giraldi. *Estudos Italianos em Portugal*, 25, 3-35.
- Rau, V. (Dir.). (1965-1972). *Do Tempo e da História* (Vols. 1-5). Lisboa: Centro de Estudos Históricos.
- Rau, V. (1967). Affari e mercanti in Portogallo dal XIV al XVI secolo. *Economia e Storia: Rivista Italiana di Storia Economica e Sociale*, 14 (4), 447-456.
- Rau, V. & Macedo, J. B. (1962). *O açúcar da Madeira nos fins do século XV: Problemas de produção e comércio*. Funchal: Junta Geral do Distrito Autónomo.
- Sampaio, A. (1923). *Estudos históricos e económicos*. Porto: Livraria Chardron.
- Silva, L. A. R. (1868). *Memoria sobre a população e a agricultura de Portugal: Desde a fundação da monarchia até 1865*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Torgal, L. R.; J. M. A. & Catroga, F. (1996). *História da história em Portugal: séculos XIX-XX*. Círculo de Leitores: Lisboa.
- Trindade, M. J. L. (1981). *Estudos de história medieval e outros*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa.
- Ventura, M. G. (1997). *Igreja e poder no século XV: Dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas (1385-1450)*. Lisboa: Colibri.